

Intencionalidade educativa no trabalho com Práticas Corporais com populações vulneráveis: um princípio para as políticas do SUS

Educational intentionality in working with Body Practices with vulnerable populations: a principle for SUS policies

Intencionalidad educativa en el trabajo con Prácticas Corporales con poblaciones vulnerables: un principio para las políticas del SUS

Samuel Gomes de Souza^{a*} , Gabriel Carrion Batista da Silva^a ,
Lucas e Silva Valverde^a , Igor Sousa Lima^a , Roberto Pereira Furtado^a 

Palavras-chave:

Práticas corporais;
Educação;
SUS.

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa-ação, construída por professores e estudantes da UFG, Agentes Comunitárias de Saúde - ACS e usuários participantes do grupo Hiperdia de um Centro de Saúde da Família - CSF do Município de Goiânia. Os objetivos foram: reconstituir o grupo Hiperdia; promover acesso e apropriação a equipamentos do território; e ampliar o conhecimento sobre as práticas corporais realizadas por usuários do CSF. As técnicas de coleta de dados foram observações participantes e um grupo focal com participantes da ação. Como resultados, observamos a reaproximação dos integrantes do Hiperdia ao CSF, melhora no acesso, uso e apropriação da praça e Academia ao ar livre, além de aquisição de novos conhecimentos que levaram à maior autonomia e confiança para usufruir da infraestrutura disponível.

Keywords:

Physical practices;
Education;
SUS.

ABSTRACT

This article is the result of an action research project conducted by UFG professors and students, Community Health Agents, and users participating in the Hiperdia group at a Family Health Center in the city of Goiânia. The objectives were: to reconstitute the Hiperdia group; promote access to and appropriation of local facilities; and expand knowledge about the physical practices performed by Family Health Center users. Data collection techniques included participant observation and a focus group with participants. The results revealed a reconnection of Hiperdia members with the Family Health Center, improved access, use, and appropriation of the square and outdoor gym, and the acquisition of new knowledge that led to greater autonomy and confidence in utilizing the available infrastructure.

Palabras-clave:

Prácticas físicas;
Educación;
SUS.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de una investigación-acción, desarrollada por profesores y estudiantes de la UFG, Agentes Comunitarios de Salud y usuarios del grupo Hiperdia de un Centro de Salud Familiar de la ciudad de Goiânia. Los objetivos fueron reconstituir el grupo Hiperdia; promover el acceso y la apropiación de los equipos del territorio y ampliar el conocimiento sobre las prácticas físicas realizadas. Se realizaron observaciones participantes y un grupo focal con usuarios del Centro de Salud Familiar que participaron en la acción. Como resultado, se observó el acercamiento de los miembros de Hiperdia al Centro de Salud Familiar, la mejora del acceso, el uso y la apropiación de la infraestructura de la plaza y el gimnasio al aire libre, el fortalecimiento de los vínculos comunitarios y la adquisición de nuevos conocimientos que les permitieron disfrutar de la infraestructura disponible en el territorio con mayor autonomía y confianza.

^aUniversidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física e Dança. Goiânia, GO, Brasil.

***Autor correspondente:**

Samuel Gomes de Souza
E-mail: souza.academico@gmail.com

Recebido em 02 de maio de 2025; aceito em 03 de outubro de 2025.

Editores: Christiane Garcia Macedo, Fernando Resende Cavalcante, Jhennifer Luiza Machado Pimenta.

DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.47.e20250055>



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

INTRODUÇÃO

A relação entre Práticas Corporais e saúde tem sido objeto de muitos estudos e pesquisas. No âmbito das políticas públicas, a inserção das Práticas Corporais e Atividades Físicas nos temas prioritários da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), constitui marco histórico no processo de fortalecimento das Práticas Corporais no Sistema Único de Saúde (SUS). Estudos que correlacionam atividade física e saúde são bastante comuns e contribuem para embasar políticas públicas no SUS. Entretanto, outros direcionamentos importantes podem ser apresentados por estudos sobre a realidade que perpassa as desigualdades sociais, suas relações com o acesso às Práticas Corporais e às condições de saúde na população de determinado território.

Ao discorrer sobre a determinação das desigualdades sociais na saúde, Barata (2009) destaca que tais desigualdades estão ligadas às condições sociais em que as pessoas vivem. Como afirma a autora:

Quando falamos em desigualdade social geralmente estamos nos referindo a situações que implicam algum grau de injustiça, isto é, diferenças que são injustas porque estão associadas a características sociais que sistematicamente colocam alguns grupos em desvantagem com relação à oportunidade de ser e se manter sadio. (Barata, 2009, p. 12).

Sendo assim, quando discutimos o acesso às Práticas Corporais e Atividades Físicas - PC/AC, é comum que populações em áreas mais vulneráveis tenham menos oportunidades, seja em função da falta de espaços adequados, tempo disponível, segurança ou o conhecimento para realizá-las, entre outros aspectos. Sobre isso, Knuth e Antunes (2021) compreendem que a realização dessas práticas não depende tão somente da escolha de cada indivíduo, porque nem todos têm à sua disposição as mesmas possibilidades:

O acesso às PC/AF é desigual no Brasil, à semelhança de outros indicadores sociais e de saúde. Em geral, atividades físicas prazerosas, diversificadas, mais afeitas ao período de lazer estão concentradas nas populações mais abastadas, muitas delas limitadas ao público que pode pagar. As atividades físicas de deslocamento, trajetos a pé ou de bicicleta para estudar ou trabalhar, por exemplo, são mais frequentes entre os pobres. Aqui, há uma relação inversa e perversa entre variáveis sociodemográficas e acesso às PC/AF (Knuth e Antunes, 2021, p. 6).

Dessa forma, há um abismo, proporcionado pela desigualdade social, entre as possibilidades de acesso por diferentes classes e grupos sociais às mais variadas formas de PC/AC (Waissmann, 2003; Carvalho e Nogueira, 2016; Cruz et al., 2022; Vieira et al., 2024). Nesse contexto, o fortalecimento das Práticas Corporais no SUS também perpassa ações que promovam a apropriação do espaço, infraestrutura e conhecimentos sobre a cultura corporal pela população de determinado território.

Foi nessa direção que esta pesquisa foi desenvolvida em um bairro planejado para atender, principalmente, famílias de baixa renda, muitas das quais provenientes de áreas de risco, posse ou preservação ambiental. Foi através de programas habitacionais do Estado, como a Política Municipal de Habitação de Interesse Social (Lei nº 8534/2007), e Programa “Minha Casa, Minha Vida”, do governo Federal, que foram selecionadas as pessoas alocadas no Residencial Buena Vista. Tanto que, em 18 de junho de 2013, mediante a iminente entrega de 1424 unidades habitacionais no empreendimento, o então prefeito de Goiânia, Paulo Garcia, assinou o Decreto nº 3.404, instituindo critérios adicionais para a seleção das famílias a serem beneficiadas. Além dos critérios já instituídos pela Portaria nº 610/2011, do Ministério das Cidades, foram incluídos neste ato, outros três critérios adicionais, a saber, famílias com maior quantidade de filhos, famílias com idosos em sua composição e famílias que comprovem residência fixa no município de Goiânia por pelo menos três anos. Estas circunstâncias e medidas refletiram diretamente no perfil da população do bairro, composto por um grande número de idosos e outras pessoas em situação de vulnerabilidade social.

METODOLOGIA

Foi com a intenção de contribuir com a apropriação do espaço, infraestrutura e conhecimentos sobre a cultura corporal pelos sujeitos participantes que desenvolvemos esta pesquisa ação. Ela teve início a partir de desdobramentos de uma experiência proporcionada por uma disciplina de Estágio Curricular Obrigatório e que foi continuada por um Projeto de Extensão do curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás (UFG), em parceria com o Centro de Saúde da Família - CSF e Associação de Moradores do bairro.

Para Thiollent (2011) a pesquisa ação é uma alternativa metodológica à pesquisa convencional, vista como coleta de dados limitados, caracterizada por procedimentos impositivos e sem participação dos interessados na obtenção e na interpretação dos resultados. De acordo com o autor, há uma rica tradição de realização de pesquisa ação em trabalhos com participação popular ou comunitária.

Com a orientação teórica da concepção de Território Usado (Santos, 1999), das desigualdades sociais em saúde (Barata, 2009) e na realização de práticas corporais/atividades físicas (Knuth e Antunes, 2021), foram realizadas visitas ao local, com observações e entrevistas com atores sociais, visando uma aproximação com a realidade territorial, abrangendo o processo de constituição do bairro, as características da população, da infraestrutura, instituições públicas ou privadas que promovem ou se relacionam com oferta de Práticas Corporais nas especificidades do lazer, esporte e saúde. A estratégia utilizada para essa aproximação inicial se assemelhou ao que é conhecido no âmbito do trabalho na atenção básica como Estimativa Rápida Participativa.

A partir desse levantamento inicial, foram identificadas diversas barreiras socioespaciais que limitavam a realização de Práticas Corporais, desde as condições de vida da população, o pouco conhecimento sobre a cultura corporal, a falta de equipamentos adequados, a pouca utilização da infraestrutura disponível, dentre outras.

Em conjunto com as equipes de Saúde da Família (eSF) e usuários do CSF, foram identificadas algumas necessidades inerentes à realidade de saúde no território. Uma delas foi a retomada de atividades do grupo Hiperdia¹, impactado pela crise sanitária decorrente da pandemia de COVID-19 (2020-2023). A pouca utilização de espaços e infraestrutura de lazer, esporte e saúde demarcou outra necessidade: a de apropriação destes espaços propícios à realização de Práticas Corporais pela população, considerando as dinâmicas socioespaciais do território.

Diante destas duas necessidades de saúde identificadas, quais sejam, a retomada do grupo Hiperdia e a apropriação dos equipamentos do território, foi definido, em conjunto com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), que o principal objetivo da ação seria a realização de intervenções com Práticas Corporais, utilizando espaços do CSF e uma praça anexa que possui uma Academia ao ar livre. Apesar do enfoque no grupo Hiperdia, não houve restrição à participação por outras pessoas. Ao contrário, o esforço foi de engajar outros moradores, ampliando a divulgação, principalmente, por chamamento das ACSs. As intervenções iniciaram com um encontro semanal e expandiram para dois encontros semanais, com propósito de promover a prática, o ensino e a tematização de Práticas Corporais. Sendo uma proposta construída em conjunto com as eSFs e Associação de Moradores, ela foi bem acolhida pela população.

As primeiras intervenções foram realizadas por um grupo de 7 discentes do 4º semestre da Graduação em Educação Física da UFG. Com a finalização do Estágio e o impacto positivo das práticas, além da chegada contínua de novos participantes, a comunidade envolvida demandou a continuidade das ações. Esse processo evidenciou também a ausência de Profissional de Educação Física (PEF) na UBS e de outras iniciativas de Políticas Públicas com Práticas Corporais no território. Por este motivo, o professor orientador e alguns estudantes decidiram dar continuidade à experiência através de um Projeto de Extensão.

Assim, os objetivos específicos da pesquisa ação foram: reconstituir o grupo Hiperdia; promover acesso, uso e apropriação de equipamentos de lazer do território e ampliar o acesso aos equipamentos disponíveis e o conhecimento sobre as Práticas Corporais realizadas.

Ao todo, foram realizadas 5 intervenções pelo Estágio e outras 6 intervenções pelo Projeto de Extensão. Após todas as intervenções, foi realizado um grupo focal, semelhante à uma roda de conversa, que teve 6 usuários participantes, visando avaliar todo o processo e identificar se as necessidades elencadas inicialmente foram atendidas pela proposta construída.

O critério de inclusão no grupo focal foi ter participado de no mínimo cinco intervenções. Isso resultou em um total de seis participantes. Todas as pessoas entrevistadas integravam o grupo Hiperdia do CSF, sujeitos do sexo masculino e feminino com idades entre 50 e 70 anos. O roteiro norteador foi composto por questões gerais e perguntas disparadoras que indagavam sobre o bairro; a interação com a UBS e a Academia ao ar livre; ações de promoção de Práticas Corporais para adultos e idosos no bairro; e avaliação da relação entre as Práticas Corporais e a saúde dos moradores integrantes do Hiperdia que participaram das intervenções de Estágio e Projeto de Extensão.

O grupo focal foi gravado com consentimento expresso através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em seguida, foi realizada a sua transcrição. O material transcrito contabilizou 10 páginas, somando 135 momentos de fala. Para anonimato dos participantes, as falas dos sujeitos foram identificadas pela letra “S” e um número, de 1 a 6, que representam cada entrevistado. A análise dos dados foi realizada com auxílio da técnica de análise de conteúdo. Após a organização e análise dos dados, optamos por agrupar em 2 unidades temáticas as reflexões que serão apresentadas adiante.

O processo de pesquisa seguiu os preceitos éticos e também está relacionado com uma pesquisa mais ampla, intitulada “Cultura Corporal no Residencial Buena Vista: um estudo amparado na compreensão espacial de Milton Santos”, submetida à Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFG através do parecer nº 7.177.965.

ORIGENS E CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA

O projeto teve início por meio de um dos Estágios Curriculares obrigatórios do curso de Educação Física da UFG. Situado no 4º semestre da sugestão de fluxo curricular, denominado de Estágio em Educação Física intersectorialidade e território, a ementa desta disciplina no Projeto Pedagógico do Curso subscreve:

Estudos da relação entre Educação Física e mundo do trabalho com ênfase nas especificidades do lazer, esporte e saúde. Identificação de instituições, ações, projetos, programas, equipamentos, bem como, de demandas e necessidades sociais relacionadas com a Educação Física em determinado território objetivando ao planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações que as tematizem. (UFG, 2021, p. 70).

Como indicado na ementa, o objetivo principal deste estágio é a análise das características sociais e espaciais do território, buscando identificar necessidades e demandas dos moradores da região em relação ao lazer, esporte e saúde.

¹ O Hiperdia compõe o Programa Nacional de Hipertensão e Diabetes. Em geral as equipes de saúde da família direcionam uma atenção especial a este grupo de usuários e organizam atividades recorrentes nas Unidades de Saúde ou no território. Muitas, denominam o grupo de usuários participantes destas atividades como “Grupo Hiperdia”.

O estágio foi uma etapa fundamental para compreensão das dinâmicas socioespaciais, considerando as características particulares da população, do bairro e dificuldades que as pessoas enfrentavam para acessar espaços, infraestruturas e conseqüentemente as práticas corporais. O estágio foi o ponto de partida para a compreensão das condições de vida da população e elaboração de ações que respondessem a alguma necessidade.

O projeto de extensão no formato de pesquisa-ação buscou consolidar as práticas iniciadas no estágio, ampliar a relação com a comunidade, ampliar conhecimentos sobre as práticas, fortalecer os vínculos entre os participantes, as ACS, o grupo de discentes e professores envolvidos na realização do projeto e promover a utilização da infraestrutura. Através do projeto de extensão as intervenções foram continuadas por mais três semanas após o término do Estágio. Os encontros continuaram sendo realizados nos mesmos locais, dias e horários: CSF e praça local; às terças e quintas-feiras a partir das 8hrs da manhã. Foi mantido o mesmo público, composto por adultos e idosos que, em sua maioria compunham o Hiperdia, e eram convidados por trabalhadoras e trabalhadores das eSF.

As intervenções propostas tinham como principal objetivo desenvolver processos educativos sobre a importância dos cuidados em saúde, o uso dos equipamentos da Academia ao ar livre de forma segura e eficiente, técnicas, posturas e outros conhecimentos importantes na prática de exercícios físicos funcionais.

As ações tinham de 60' a 90' de duração e estavam organizadas em três situações:

1. acolhimento, diálogo e ação: momento de recepção dos usuários no CSF, muitas vezes com participação de ACS's que já atendiam essa população. Eram realizadas conversas com caráter educativo em relação ao cuidado em saúde e movimentos de alongamento e exercícios de respiração preparatórios; algumas vezes as atividades envolviam caráter lúdico que favoreciam a interação e engajamento dos participantes.
2. atividade educativa com usufruto da infraestrutura pública: nesta etapa o grupo era acompanhado até a praça em uma caminhada que foi progressivamente tendo seu volume ampliado e, em seguida, na Academia ao ar livre, ocorria o ensino de Práticas Corporais e manuseio dos equipamentos, bem como exercícios de treinamento funcional. O diálogo, a observação, o ensino e o *feedback* das atividades eram contínuos no decorrer da ação;
3. avaliação: ao final da intervenção era realizada uma avaliação e reflexão com os participantes. Neste momento as pessoas ficavam à vontade para realizar uma avaliação dos conhecimentos, das atividades e intensidade da ação. Essas avaliações auxiliavam o planejamento da próxima intervenção.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DA PROPOSTA E ENGAJAMENTO PARTICIPATIVO

A intersetorialidade é uma categoria presente na disciplina do Estágio em Educação Física Intersetorialidade e Território, da Graduação em Educação Física da UFG. Ações nessa direção se deram a partir da relação entre UFG, na pessoa do professor da disciplina e estudantes da Graduação, Associação de Moradores, na pessoa de um PEF que também trabalha no território, e o CSF do bairro, com fundamental participação de algumas das ACS que lá trabalham.

"E eu só estou aqui por causa da Alessandra. Se não fosse a Alessandra, eu não faria nada, porque eu não sabia..." (S6).

Alessandra (nome fictício) é uma ACS trabalhadora do SUS que atua no CSF do bairro. Essa fala destaca a importância das ACS na implementação do projeto. Mas, para além deste projeto, no grupo focal também foram identificadas ações de aconselhamento, por parte das ACS, para atividade física e práticas corporais. Os participantes indicaram que muitas vezes os médicos também orientavam os usuários a buscar a prática de atividades físicas, considerando seus resultados orgânicos no tratamento das comorbidades mencionadas:

"[...] o médico mesmo" (S2).

Apesar dessa orientação, os moradores não tinham opções de Práticas Corporais orientadas a partir de suas necessidades singulares, a não ser as oferecidas como mercadoria nos estabelecimentos comerciais de saúde, esporte e lazer instalados no bairro:

"Essa é a primeira vez [que acontece um programa gratuito para adultos e idosos]" (S2).

"[...] eu fazia hidroginástica ali na Academia, né? [...] e eu parei." (S3).

"[...] fiz uns dias ali na Academia, depois sai. Eu, minhas netas e minhas filhas" (S4).

Sobre isso, Carvalho e Nogueira (2016, p. 1835) entendem que não ser possível afirmar de forma direta e genérica que as Práticas Corporais e Atividades Físicas promovem saúde "sem examinar de forma mais criteriosa as argumentações ideológicas acríticas que ocultam a mercantilização não só da saúde, mas da cultura corporal e da própria vida humana".

Esta realidade não é novidade no cenário brasileiro, assim como Barata (2009), Knuth e Antunes (2021), apresentados na introdução deste artigo, Santos (2020) já alertava para a falta de acesso de boa parte da população em razão da desigualdade social:

Direitos inalienáveis do homem são, também, entre outros, a educação, a saúde, a moradia, o lazer. Prover o indivíduo dessas condições indispensáveis a uma vida sadia é um dever da sociedade e um direito do indivíduo.

Esses bens, públicos por definição, em nosso caso não o são realmente. Para a maioria da população são bens públicos, mas ase obterem privadamente; não são um dever social, mas um bem de mercado. Por isso mesmo, os pobres carecem de saúde, de educação, de moradia e lazer. (Santos, 2020, p. 124).

O território onde se desenvolveu este trabalho possui características particulares que demandam políticas públicas de interesse social, pois é marcado por grande índice de idosos que muitas vezes moram e se deslocam sozinhos, enfrentando barreiras que envolvem sua condição econômica e deslocamento para locais que promovem serviços essenciais. A consciência por parte dos usuários dessa necessidade de satisfação de um direito socialmente instituído pode ser exemplificada a partir da fala de uma participante, que expressa a relevância da ação desenvolvida, o reconhecimento da sua importância socioespacial e individual, transparecendo sua solidariedade comunitária:

Foi uma coisa muito boa e muito importante que eles estão fazendo aqui e, que Deus abençoe, que isso continue para muitas pessoas que estão precisando, igual eu estou precisando. Então, é a primeira vez que eu estou fazendo “física” assim [...]. Eu mexo com costura, então aí você fica muito sentada e com essa “física”, nossa, está sendo uma coisa maravilhosa. Que Deus abençoe que esse programa continue, porque estou precisando e tem muita gente precisando. (S3).

As condições de vida dos sujeitos participantes e da população do bairro apresentam características de vulnerabilidade social que são desafios para a realização de Práticas Corporais. Diversos autores já denunciaram os limites de discursos que apresentam a defesa entusiasmada da realização de atividade física sem considerar as condições objetivas da vida da população e as diferenças fundamentais entre as classes sociais diante desta necessidade. Para Cruz et al. (2022, p. 10), por exemplo, o engajamento com Atividade Física no Brasil é marcado por “iniquidades socioeconômicas a partir das quais alguns grupos se envolvem menos em AF no lazer e mais em atividades nos domínios do trabalho, do deslocamento e/ou doméstico, confirmando um padrão de iniquidade que se reproduz socialmente...”

Ao longo das semanas, o desenvolvimento das condições físicas dos participantes foi nítido. A partir disso, a intensidade dos exercícios precisou ser ajustada, sendo necessário a introdução de outros recursos além dos disponíveis na praça, como elásticos, steps e corda naval. Importante destacar que estes equipamentos foram emprestados por uma academia do bairro o que reforça as inter-relações presentes no projeto. O mesmo ocorreu com a caminhada, que teve aumentada sua intensidade para se adequar ao novo estado orgânico dos participantes.

Identificou-se, portanto, uma boa avaliação e engajamento por parte dos usuários:

“[...] ele tá fazendo muito bem pra minha saúde” (S3).

“É verdade. É bom para tudo, bom para o corpo, para mente, para as pernas, para os braços, para tudo” (S4).

“É... eu mesma também. Eu melhorei a minha perna” (S2).

O desenvolvimento na forma de realizar os movimentos, a melhora da postura, diminuição de dores e a disposição nas atividades da vida diária também foram relatados pelos participantes, além de falas de satisfação:

“Aí, então, com o exercício, o corpo da gente melhora. Quando a gente chega em casa fica melhor para fazer as coisas, né? Porque a gente ficando parado, fica duro o corpo” (S3).

“Hoje posso falar, falei para minha irmã, ‘hoje eu estou parecendo uma moça de 18 anos’” (S4).

A ampliação do interesse pela prática perpassou a descoberta de outras possibilidades apresentadas ao longo do projeto, no caso a ginástica (treinamento funcional) ofertada. Em uma das falas isso é evidenciado:

“A vizinha sempre fala para mim que tenho que fazer caminhada, aí enrolo e não faço. Mas a ginástica aqui, né? Eu faço questão, eu levo muito a sério... né.” (S3).

Esta ampliação do interesse pela realização de Práticas Corporais também foi identificada na possível continuidade das atividades, desde que o grupo de moradores continuasse engajado, mesmo com o fim do projeto:

“Mas se juntar aí, um ajuda o outro, né? (S1).

“Dá vontade da gente fazer, né, aí é bem melhor né...” (S2).

Dessa forma, as falas evidenciam a carência desta população em relação ao acesso às Práticas Corporais. Por outro lado, evidenciam também como a oferta regular, com o propósito de ensinar a realização dos exercícios físicos, principalmente a partir do uso dos equipamentos disponíveis na Academia ao ar livre, gerou um certo entusiasmo e engajamento na realização das Práticas Corporais.

CONHECIMENTO, APROPRIAÇÃO E MUDANÇA DE VALOR

Em relação ao modo como o projeto foi estruturado, desde o início houve a intencionalidade de atingir dois objetivos: ensinar, ou seja, transmitir conhecimentos sobre a realização dos exercícios que eram propostos, relacionando-os a outras temáticas que envolvem o cuidado em saúde; e oportunizar a própria realização dos exercícios físicos de forma sistemática a partir do equipamento público local, possibilitando aos participantes a ressignificação do espaço, a experiência regular com as Práticas Corporais, e consequentemente, seus benefícios orgânicos.

De modo geral, na primeira intervenção foi identificado que alguns moradores não sabiam usar os equipamentos (academia pública ao ar livre e pista de caminhada) e alguns não tinham ciência da sua existência. Essa necessidade de conhecimento, pelo não saber usar os equipamentos ou objetos territoriais disponíveis, também foi demarcada no grupo focal:

“Eu fazia tudo errado. Depois eu falei: nossa, fazia tudo errado!” (S2).

“Mas a maioria que eu vejo, quando eu faço ali, parece que está fazendo coisa errada” (S5).

Também foi identificado que antes das atividades propostas havia certa insegurança relacionada à prática individual, igualmente ligada ao não saber usar os equipamentos da praça:

“Aí eu via aqueles aparelhos ali, eu tinha tanta vontade de ir naqueles aparelhos, mas eu ficava sem jeito, né?” (S3).

Inclusive, constatou-se o mesmo sentimento no tocante à continuidade da prática que demandaria autonomia dos sujeitos, após encerramento das ações do projeto:

“Ah, eu ainda estou insegura, ainda [...] Com os aparelhos... né. Não estou preparada, não [para continuar sem um professor]” (S2).

Essa fala foi acompanhada de concordâncias verbais e gestuais dos demais participantes. A baixa apropriação do modo como se realiza determinadas Práticas Corporais e da infraestrutura instalada na comunidade, se relaciona com os sentimentos de insegurança e medo de errar. O temor do mau-uso que acarreta ineficiência (Santos, 2014), no contexto retratado, pode significar um afastamento do uso do equipamento público.

Além disso, os sujeitos demonstraram que conhecer é enriquecedor:

“[...] eu adoro quando estou fazendo alguma coisa errada, e a pessoa me ensina direito” (S6).

“Não, eu gosto, se eu estiver fazendo errado o outro falar, eu acho bom” (S3).

O aprendizado aparece, portanto, como um caminho de aproximação com a realização da Prática Corporal. Além disso, aparece também como certo sentimento de orgulho por ter aprendido e interesse em deixar claro isso para outros:

“Se os outros estiverem fazendo errado, eu gosto de falar!” (S3).

“Mas agora o dia que eu vejo a pessoa fazendo, ele está fazendo tudo errado. Quando a gente vê que a pessoa é mais, assim, mais popular, a gente fala [...] olha aqui ó, esse aqui tem que ser assim, e esse aqui tem que ser assim, ele vai e obedece” (S5).

Na mesma direção, foi identificado que quando os equipamentos passam a ter significado, quando sua função socioespacial e o conhecimento de seu uso são apropriados, pode-se produzir na comunidade um forte valor de solidariedade:

“Espero que continue e aumente mais gente, para dar mais força, dar mais gente. Quanto mais gente, melhor para gente né” (S5).

“[...] Eu falei: vamos lá boba [conversando com a irmã], você renova! Mas ela não quer vir (S4).

Constitui-se, neste contexto, um movimento que contrapõe ao instituído pelas características sociais decorrentes do capitalismo corporativo e sua instrumentalização das relações sociais, que produziu, dentre outros aspectos, “a supressão da vida comunitária baseada na solidariedade social” (Santos, 2020, p. 23). A partir desse movimento interno do território, onde as pessoas, munidas do conhecimento das formas-conteúdo do lugar começaram a promover a apropriação subjetiva e mudanças no valor dos objetos, podemos perceber que há uma ressignificação do instrumento público de lazer, esporte e saúde. Este novo significado que o equipamento público adquiriu, apresentando uma mudança de valor para o usuário, foi produzido por uma transformação qualitativa mediada pelo conhecimento da cultura corporal trabalhada. Dessa forma, ocorreu uma transformação no uso da infraestrutura privilegiada nas intervenções: a praça e a Academia ao ar livre.

Essa transformação no modo como os participantes se relacionavam com a praça e a Academia ao ar livre, ficou evidenciada nas falas:

“Nós tínhamos os aparelhos ali, mas não sabíamos usar. Eu mesmo estou aprendendo agora com vocês” (S2).

“[...] eu olhava naqueles aparelhos lá, era mesma coisa que nada” (S4).

“A gente via ter esse aparelho ali, mas a gente não sabia como é que manuseava ele né [...]” (S5).

Antes visto como algo distante e estranho, com o processo de aprendizado a praça tornou-se um ambiente mais acolhedor e seguro:

“Então é a primeira vez que eu tô fazendo física assim [...]” (S3).

“Eu mesmo estou aprendendo agora com vocês” (S2).

O que antes se resumia em:

“Eu quase não vou lá... eu passava de passagem, olhava e falava, ‘Oh vontade...’” (S3).

Após as intervenções visando o processo educativo se transformou em:

“Agora eu sei fazer... Agora eu já sei! Se chegar lá agora, eu já sei fazer (S3).

Um local antes conhecido apenas por ser uma via de passagem:

“Porque é o caminho, é o caminho para o postinho, então todo mundo via ali” (S1).

Através dos novos conhecimentos se tornou uma área pública com um significado e valor que evidencia uma nova necessidade, a proteção do bem público de interesse socioespacial:

“E vocês que moram lá na frente, se não deixa os moleques ficarem bagunçando lá, ‘dana’ com eles.” (S4).

Cabe aqui um destaque para a última fala citada. A mencionada atitude de depredação da infraestrutura pública também foi identificada no cotidiano das intervenções do estágio e do projeto de extensão. Muitas vezes, ao chegar na praça os discentes e moradores encontravam equipamentos que não poderiam ser utilizados por terem sido quebrados. De acordo com relato de um morador, os atos de vandalismo aconteciam de madrugada, quando grupos de “meia dúzia” de jovens se encontravam na praça. Segundo ele, os jovens mal intencionados forçavam os equipamentos em movimentos contrários ao seu uso habitual, fazendo uma espécie de alavanca de força para estourar as articulações de junção das partes dos mesmos. Em seguida, após quebrar um ou outro equipamento os mesmos deixavam as partes jogados no local, demonstrando o interesse apenas na sua depredação.

Apesar do sentimento de revolta, o sentimento de insegurança e impotência também era produzido no sujeito que observava a situação: o medo de ser agredido ao interferir na ação de vandalismo, ou mesmo o medo de ser identificado após uma denúncia anônima às autoridades, deixava o morador, conforme o relato, “de mãos atadas”. Restava a este, como declarado, guardar as partes quebradas para posteriores reparos por parte do poder público municipal, o que demandava solicitações por meio de ofícios e o aceite da Secretaria Municipal, tanto quanto da vontade da instituição pública de devolver o uso dos equipamentos para a população.

Algo semelhante foi identificado nas falas do grupo focal. Quando o objeto Academia ao ar livre passou a pertencer ao cotidiano das pessoas entrevistadas, identificou-se a incipiente produção de uma consciência comunitária que busca a preservação do bem público. Apesar disso, os sentimentos de impotência, insegurança e ausência de recursos contra o vandalismo foram destacados:

“Ixi, é difícil, dá conta não, a mulher disse que eles vem correndo e quebra um aparelho desses” (S2).

“Perigoso” (S3).

“Não tem jeito para a molecada não” (S5).

A atitude deste outro grupo de pessoas identificados como “jovens”, em relação à Academia ao ar livre, pode sinalizar outro valor atribuído ao equipamento público, um valor que não vai ao encontro à sua função histórica e socioespacial. Demarca a falta de reconhecimento e de apropriação da infraestrutura por estes jovens que atribuem significados que não condizem com a intencionalidade do objeto.

Sobre esse processo, Bagrichevsky et al. (2013, p. 502) afirmam:

acontecimentos ligados à violência urbana podem provocar nas pessoas pertencentes a um entorno locorregional, menor interesse delas em utilizar os espaços públicos, por exemplo, para realizar práticas corporais/atividades físicas (sejam institucionalmente organizadas ou de iniciativa espontânea dos próprios sujeitos), na medida em que se sentem ameaçadas ao frequentá-los.

Neste contexto, o novo valor da praça e Academia pública ao ar livre, apropriado por pessoas que participaram das intervenções, pode ser incorporado à comunidade local, se relacionando dialeticamente com outros valores e significados já presentes, fomentando sua transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo dessa pesquisa-ação demonstra que houve um movimento de reaproximação dos integrantes do Hiperdia ao CSF do bairro. O desenvolvimento de um projeto coletivo, produzido em diálogo entre os atores participantes, foi fundamental. Além disso, os participantes demonstraram melhora no acesso, uso e apropriação da infraestrutura da praça e Academia ao ar livre, fortalecendo laços comunitários. Concomitantemente, foi possível identificar que os indivíduos adquiriram, através dos novos conhecimentos, autonomia e confiança para usufruir da infraestrutura disponível no território.

Entretanto, merece destaque o papel do processo educativo, o que nos leva a questionar sobre como deve ser a atuação do profissional de Educação Física quando o intuito é potencializar a relação entre as Práticas Corporais e a saúde em uma determinada população. Nos parece que a intencionalidade educativa deve estar presente no planejamento e execução do trabalho da Educação Física com Práticas Corporais no SUS, especialmente em territórios que sofrem mais intensamente as consequências das desigualdades sociais. Na mesma direção, as políticas públicas de Práticas Corporais devem ter como um de seus princípios o ensino das Práticas Corporais, além da promoção de sua realização. O ensino das Práticas Corporais e consequente apropriação da infraestrutura pelos participantes, evidencia que a ênfase das políticas não pode ser apenas na oferta de práticas, mas deve também considerar o ensino e tematização das Práticas Corporais visando sua apropriação pelas comunidades para realização de forma autônoma.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás-FAPEG; Edital nº 01/2023 - Programa de Concessão de Bolsas de Formação em Mestrado e Doutorado; processo de nº 202310267000735.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Não se aplica.

REFERÊNCIAS

- Barata RB. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2009. <https://doi.org/10.7476/9788575413913>.
- Bagrichevsky M, Santos VJ Jr, Estevão A, Vasconcellos-Silva PR. Desigualdades sociais em saúde e práticas corporais: um exercício singular de análise. *Saude Soc.* 2013;22(2):497-510. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200019>.
- Carvalho FFB, Nogueira JAD. Práticas corporais e atividades físicas na perspectiva da Promoção da Saúde na Atenção Básica. *Cien Saude Colet.* 2016;21(6):1829-38. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.07482016>. PMID:27276539.
- Cruz DKA, Silva KS, Lopes MVV, Parreira FR, Pasquim HM. Iniquidades socioeconômicas associadas aos diferentes domínios da atividade física: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. *Epidemiol Serv Saude.* 2022;31(spe1):e2021398. <https://doi.org/10.1590/ss2237-9622202200015.especial>. PMID:35920462.
- Knuth AG, Antunes PC. Práticas corporais/atividades físicas demarcadas como privilégio e não escolha: análise à luz das desigualdades brasileiras. *Saude Soc.* 2021;30(2):e200363. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902021200363>.
- UFG: Universidade Federal de Goiás. Projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física Licenciatura e Bacharelado modalidade presencial vigência a partir de 2022/1 [Internet]. Goiânia: UFG; 2021 [citado 2025 Maio 2]. Disponível em: <https://fehd.ufg.br/p/educacaofisicaabi>
- Santos M. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2014.
- Santos M. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2020.
- Santos M. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. *Cadernos Ippur* [Internet]. 1999 [citado 2025 Maio 2];13(2):15-26. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/download/277/86>
- Thiollent M. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez; 2011.
- Vieira LA, Silva VL, Rossi EM, Louzada MCG, Mazzini LB, Carvalho FFB. Equidade na promoção das práticas corporais e atividades físicas no SUS: reflexões a partir do serviço de orientação ao exercício. *Pensar Prát* [Internet]. 2024 [citado 2025 Maio 2];27:e76978. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/76978>
- Waissmann W. Desigualdade social e atividade física. In: Bagrichevsky M, Palma A, Estevão A, editores. A saúde em debate na educação física [Internet]. Blumenau: Edites; 2003 [citado 2025 Maio 2]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_debate_educacao_fisica_v1.pdf#page=50